

RECURSO ESPECIAL Nº 1.608.031 - MG (2016/0149264-2)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**
PROCURADOR : **CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA DE LACERDA E**
OUTRO(S) - **MG059318**
RECORRIDO : **VINICIUS DE ALCANTARA**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no CPC/73, manejado pelo **Município de Belo Horizonte**, com base no art. 105, III, *a e c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fl. 518):

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - NOTIFICAÇÃO DO LANÇAMENTO POR EDITAL - ENDEREÇO DO SUJEITO PASSIVO CONHECIDO PELA FAZENDA PÚBLICA - AUSÊNCIA DO ENVIO DO CARNÊ DE PAGAMENTO - NULIDADE DO LANÇAMENTO - EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL - CURADOR ESPECIAL - DEFENSOR PÚBLICO - OPOSIÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - EXTINÇÃO DO EXECUTIVO FISCAL - FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CABIMENTO.

- O CTN, em seu art. 145, prevê a necessidade de notificação regular do lançamento, não especificando a forma que deverá ser seguida para a notificação.

- No âmbito do Município de Belo Horizonte, a Lei Municipal nº 1.310166, estabelece, em seu art. 21, a possibilidade de notificação do lançamento via editalícia.

- Cuidando-se de lançamento de IPTU em que o contribuinte tem endereço certo e conhecido pela Fazenda Pública, a notificação fictícia feita de forma exclusiva não atende à finalidade de notificação regular exigida pelo art. 145 do CTN.

- Embora o contribuinte saiba que deve pagar o IPTU todo ano, ele deve ser regularmente notificado, pois, o conhecimento do prazo para impugnação administrativa decorre justamente da regular notificação, o que fica prejudicado com a notificação ficta, sem o envio do carnê ao endereço do sujeito passivo.

- Logo, considerando-se que a oportunidade de participação do contribuinte na constituição do tributo é pressuposto de validade do lançamento definitivo, a execução fiscal subjacente deve ser extinta em razão da nulidade do crédito contido na CDA.

- O defensor público nomeado curador especial pelo Juízo faz jus aos honorários de sucumbência, em decorrência do serviço

prestado, que serão recolhidos aos cofres da Defensoria Pública. Precedente do STJ.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 547/551).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 165, 458, 535 do CPC/73; e 145 do CTN; bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta, em resumo, que: (I) a despeito dos embargos de declaração, o Tribunal *a quo* remanesceu omissos acerca das questões neles suscitadas, a saber, a de que *"a quitação do débito importa em perda do objeto dos presentes Embargos à Execução Fiscal, por falta de interesse de agir superveniente"* (fl. 559); e (II) *"No caso dos autos, o Município de Belo Horizonte promoveu a notificação direta do sujeito passivo tributário, mediante o envio da guia de lançamento ao endereço do contribuinte"* (fl. 562)

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

A pretensão recursal merece acolhida pelo art. 535 do CPC/73.

Em embargos de declaração, o ora recorrente procedeu à juntada de documentos relativos à *"causa superveniente de ausência de interesse de agir"* (fl. 531), a saber, *"a extinção da execução fiscal [...] em virtude do pagamento dos débitos exequendos posteriormente ao ajuizamento dos presentes embargos de devedor"* (fl. 533).

A Corte **a quo**, entretanto, deixou de apreciar o referido fato novo, alegadamente passível de influenciar no deslinde da demanda e suscitado nos aclaratórios, ao fundamento de que: *"a informação constante dos documentos de f. 374/376 era de conhecimento da Fazenda Pública e esta deixou de noticiar o pagamento do débito nos autos da execução"* (fl. 550).

O entendimento sufragado pela Corte de origem destoa do esposado pelo STJ, pelo qual: *"O fato novo de que trata o art. 462 do CPC, refere-se àqueles supervenientes à instrução e que devem ser levados em conta pelo magistrado quando da prolação da sentença [...] Por construção doutrinária e jurisprudencial, entende-se que o fato novo deve ser apreciado não apenas pelo juízo monocrático, de primeira instância, mas também pelo Tribunal respectivo, a quem cabe a cognição mais abrangente de todos os elementos do feito"* (EDcl no AgRg no AREsp 115.883/RJ, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 4/4/2013, DJe 18/4/2013). Confira-se ainda: **AgRg no AREsp 260.731/PR**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 2/4/2013, DJe 9/4/2013

Outrossim, vigora, no Superior Tribunal de Justiça, o posicionamento no sentido de que *"o fato novo, que pode influenciar no resultado da lide, pode ser alegado ainda que em sede de embargos de declaração"* (REsp 1.245.063/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 8/11/2011, DJe 17/11/2011).

Nessa mesma linha:

PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - MANDADO DE SEGURANÇA - INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC - JULGAMENTO ULTRA PETITA - NÃO OCORRÊNCIA - FATO SUPERVENIENTE A ENSEJAR A PERDA DO OBJETO DA IMPETRAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM - ART. 462 DO CPC - MULTA PROCESSUAL - INCABIMENTO - SÚMULA 98/STJ.

[...]

3. Manifestada pela própria impetrante a perda de uma das condições da ação, qual seja o interesse processual, caracterizado pelo binômio "necessidade-utilidade" do provimento jurisdicional, é possível ao julgador levar o fato novo em consideração, ainda que em sede de embargos de declaração.

4. Embargos de declaração opostos para prequestionar questão federal não são protelatórios, nos termos da Súmula 98/STJ.

5. Recurso especial parcialmente provido para declarar a extinção do mandado de segurança, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 267, VI, do Código de Processo Civil, bem como para excluir a multa processual no julgamento dos embargos de declaração.

(REsp 1.300.903/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/4/2013, DJe 25/4/2013)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. FATO SUPERVENIENTE. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 462, DO CPC, NÃO APRECIADA NA INSTÂNCIA DE ORIGEM. OMISSÃO. CONFIGURADA A OFENSA AO ART. 535, DO CPC.

1. O fato superveniente a que se refere o art. 462, do CPC, pode surgir até o último pronunciamento de mérito, inclusive em embargos de declaração, obstando a ocorrência da omissão. Precedentes do STJ: REsp nº 434.797/MS, Relator Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, DJ de 10/02/2003, p. 221; REsp 734598/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/05/2005, DJ 01/07/2005, p. 442; REsp 325024/SC, Relatora Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ de 01.04.2002.

2. A declaração trântica objeto de ação autônoma gera eficácia preclusiva prejudicial na demanda onde se controverte acerca da obrigação derivada da relação jurídica deduzida com força de res judicata.

3. In casu, o Tribunal a quo teve conhecimento do fato superveniente - trânsito em julgado da ação declaratória que afastou a cobrança da multa referente à competência 06/97, objeto da presente execução fiscal - por intermédio da oposição dos embargos de declaração.

4. O exame dos autos denota a absoluta pertinência da argumentação adotada pela embargante em face da influência do fato novo, que afastou uma parcela do débito em execução, razão pela qual deveria a Corte de origem ter apreciado o vício apontado pela embargante, restando configurada a violação ao disposto no artigo 535, do CPC.

Precedentes: RESP 675003/RS, desta relatoria, DJ de 05.05.2005; RESP 702528/PI, Relator Ministro José Delgado, DJ de 17.03.2005; RESP 502108/SP, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, DJ de 16.05.2005; AGRESP 705932/SP, Relator Ministro Francisco Falcão, DJ de 21.03.2005.

5. Recurso especial provido para determinar o retorno dos autos à instância a quo para que examine a questão superveniente, nos termos do art. 462, do CPC, restando prejudicado o exame das demais alegações da recorrente.

(REsp 1.071.891/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/11/2010, DJe 30/11/2010)

ANTE O EXPOSTO, dou provimento ao recurso especial por violação do art. 535 do CPC/73, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento dos aludidos embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

